EDP Transmissão SP-MG S.A.

CNPJ/MF nº 27.821.748/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.114	168.324
Disponibilidade da rede elétrica	7	32.854	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	27	886
Outros tributos compensáveis	8	4.178	5.286
Ativos da concessão	11	243.225	
Outros créditos	12	1.942	381
Total do Ativo Circulante		**339.340**	**174.877**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8		3.928
Depósitos vinculados	17	32.763	34.163
Ativos da concessão	11	2.364.065	2.274.812
Outros créditos	12	6	109
		2.396.834	**2.313.012**
Imobilizado		762	394
Intangível		650	
		1.412	**394**
Total do Ativo Não circulante		**2.398.246**	**2.313.406**
TOTAL DO ATIVO		**2.737.586**	**2.488.283**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	1.993	7.106
Outros tributos a recolher	8	5.572	2.144
Dividendos	14	37.029	33.598
Debêntures	15	618.143	115.508
Empréstimos e financiamentos	16		216.606
Provisões	17	16.161	15.518
Outras contas a pagar	12	4.653	1.480
Total do Passivo Circulante		**683.551**	**391.960**
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	9	243.269	210.497
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	213.043	146.886
Debêntures	15	988.576	1.405.556
Empréstimos e financiamentos	16	155.563	
Provisões	17	47.133	41.589
Outras contas a pagar	12	7.132	592
Total do Passivo Não circulante		**1.654.716**	**1.805.120**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	33.001	33.001
Reservas de lucros	18.3	366.318	258.202
		399.319	**291.203**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.737.586**	**2.488.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
Receitas	19	501.765	621.669
Custos			
Custo de operação	20.2	(5.184)	
Custo de construção da infraestrutura da concessão	20.1	(74.694)	(410.322)
		(79.878)	**(410.322)**
Lucro bruto		**421.887**	**211.347**
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(5.178)	(5.509)
Outras despesas e receitas operacionais		252	(8)
		(4.926)	**(5.517)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**416.961**	**205.830**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		17.630	1.109
Despesas financeiras		(220.319)	(7.879)
		(202.689)	**(6.770)**
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		**214.272**	**199.060**
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(66.157)	(64.666)
		(66.157)	**(64.666)**
Lucro líquido do exercício		**148.115**	**134.394**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		4,48820	4,07242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	148.115	134.394
Resultado abrangente do exercício	**148.115**	**134.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Geração do valor adicionado	**556.670**	**852.904**
Receita operacional	163.106	75
Receita com construção da infraestrutura	119.506	473.190
Remuneração dos Ativos da concessão	274.058	211.780
Outras Receitas		167.859
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(80.214)**	**(412.190)**
Materiais	(230)	(173)
Serviços de terceiros	(4.660)	(1.558)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(74.694)	(410.322)
Outros custos operacionais	(630)	(137)
Valor adicionado bruto	**476.456**	**440.714**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(134)	(63)
Valor adicionado líquido produzido	**476.322**	**440.651**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	18.552	24.246
Valor adicionado total a distribuir	**494.874**	**464.897**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.050	2.267
Benefícios	789	576
FGTS	644	165
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	121.559	129.037
Estaduais	13	11
Municipais	1	11
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	220.319	198.330
Aluguéis	384	106
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	19.801	9.186
Dividendos	20.198	25.790
	386.758	**365.479**
Lucros retidos	108.116	99.418
	494.874	**464.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		214.272	199.060
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão		(238.296)	(192.190)
Margem na construção		(33.758)	(19.098)
Reajuste Anual	2.1	(110.182)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		210.340	9.983
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		7.811	7.758
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		1.627	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.622)	(890)
Outros		(745)	(56)
		48.447	**4.567**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		(32.854)	
Ativos da concessão		157.586	
Outros tributos compensáveis		(4.554)	(5.276)
Depósitos vinculados		4.022	507
Outros ativos operacionais		(1.459)	364
		122.741	**(4.405)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(5.113)	(22.222)
Outros tributos a recolher		11.538	(877)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(647)	
Encargos setoriais		985	
Provisões		(3.596)	(3.927)
Parcela de ajuste		8.712	
Outros passivos operacionais		238	(15)
		12.117	**(27.041)**
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**183.305**	**(26.879)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(74.349)	(248.413)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(692)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(75.041)**	**(248.413)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(33.598)	
Captação de empréstimos e financiamentos		150.000	573.732
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(208.274)	(459.967)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(127.454)	(11.801)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(148)	(120)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	26.1	**(219.474)**	**101.844**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(111.210)**	**(173.448)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		57.114	168.324
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		168.324	341.772
		(111.210)	**(173.448)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**33.001**	**158.784**	**-**	**191.785**
Lucro líquido do exercício			134.394	134.394
Destinação do lucro				
Reserva de Dividendos a Deliberar		99.418	(99.418)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(9.186)	(9.186)
Dividendos complementares			(25.790)	(25.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**33.001**	**258.202**	**-**	**291.203**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**33.001**	**258.202**	**-**	**291.203**
Lucro líquido do exercício			148.115	148.115
Destinação do lucro				
Reserva de retenção de lucros		108.116	(108.116)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(19.801)	(19.801)
Dividendos complementares			(20.198)	(20.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**33.001**	**366.318**	**-**	**399.319**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora) com sede no município de São Paulo, no Estado do São Paulo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao SIN do trecho final do Lote 18 das linhas de transmissão de energia, referente a 375 km de Linha de Transmissão LT 500 kV entre a SE Cachoeira Paulista - SE Estreito, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. A entrega do trecho está antecipada em 7 meses frente ao calendário da ANEEL. A entrada em operação comercial da linha representa uma RAP de R$248.444.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo, até o município de Cachoeira Paulista.

A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 36/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 5.3), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R$239.182.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de julho de 2019 - Nº 610/2019.
- Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente em 15 de outubro de 2019 - Nº 1317/2019.
- Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022 - Obtida antecipadamente em 21 de dezembro de 2021 - Nº 1634/2021.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

No exercício de 2022, os gastos com ambientais totalizaram R$983 (R$2.219 em 2021).

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/24/EDPSPMG1568397924032023.pdf

Hash:167943168263ad0ae24f7d413caf151affa452cf9f

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronuncia-mento	01/01/2022

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), *Amendments to* IFRS 17 (2020) e *Initial Application of* IFRS 17 e IFRS 9 - *Comparative Information* (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Liberação e captação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Contratos de Mútuo	nov/22	nov/26	150.000	100,3% CDI	Investimento no Projeto de Construção da Linha de Transmissão
			150.000		

Para maiores informações vide nota 16.

5.2 Entrada em Operação Comercial Total

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao SIN de parte dos trechos do Lote 18 de linhas de transmissão de energia, referente a 375 km de Linha de Transmissão LT 500 kV entre a SE Cachoeira Paulista - SE Estreito, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. A entrega do trecho está antecipada em 7 meses frente ao calendário da ANEEL, superando a expectativa de retorno prevista à época do leilão. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP de R$ 111.800, representando 45% da RAP total.

Em 16 de maio de 2022 a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da Companhia, com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber a RAP de R$248.444.

5.3 Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

5.4 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	*Status*
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	477	1.028
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	56.637	167.296
	56.637	**167.296**
Total	**57.114**	**168.324**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

7 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R$32.854, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. O montante apresentado no exercício deve-se à entrada em operação total da linha, a qual ocorreu em maio de 2022 (Nota 5.2).

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

8 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Trans-ferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.814		631		(10.733)	5.315	27
		4.814	**-**	**631**	**-**	**(10.733)**	**5.315**	**27**
Circulante		886						27
Não circulante		3.928						-
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		-	456				(378)	78
IRRF sobre aplicações financeiras		5.286	3.584				(5.284)	3.586
IR/CS retidos sobre faturamento		-	514					514
Total Circulante		**5.286**	**4.554**	**-**	**-**	**-**	**(5.662)**	**4.178**
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		402	420		(822)			-
PIS e COFINS		108	20.428		(8.707)	(9.039)	(347)	2.443
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		154	7.544		(7.654)			44
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	1.378	2.970			(1.378)		2.970
Encargos com pessoal		102	1.066	1	(796)	(258)		115
Total Circulante		**2.144**	**32.428**	**1**	**(17.979)**	**(10.675)**	**(347)**	**5.572**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei n° 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R$2.970 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

9 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2021
PIS e COFINS	9.1	243.269	210.497
Imposto de renda e contribuição social	9.2	213.043	146.886
Total		**456.312**	**357.383**

9.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2022	Ativo Não circulante 31/12/2021	Passivo Não circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2021	Resultado 2022	Resultado 2021
Prejuízos Fiscais	37.051				37.051	
Base Negativa da Contribuição Social	13.338				13.338	
	50.389	**-**	**-**	**-**	**50.389**	**-**
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.096	4.212			1.884	2.047
Gastos Pré-operacionais	15.685	8.241			7.444	3.504
Atualização dos ativos da concessão			366.155	230.015	(136.140)	(93.380)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	82.400	71.299			11.101	21.542
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	337	167	301	144	13	23
Outras	71	173	1.565	819	(848)	1.598
Total diferenças temporárias	**104.589**	**84.092**	**368.021**	**230.978**	**(116.546)**	**(64.666)**
Total bruto	**154.978**	**84.092**	**368.021**	**230.978**	**(66.157)**	**(64.666)**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(154.978)	(84.092)	(154.978)	(84.092)		
Total	**-**	**-**	**213.043**	**146.886**		

9.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total Não circulante
17.080	32.368	51.396	19.685	19.685	14.764	154.978

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 14) e contratos de mútuo (Nota 16) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo Circulante 31/12/2022	Passivo Circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2021	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2022	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2021
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 7)								
Uso do sistema de transmissão								
EDP Espírito Santo	Controle Comum	30/07/2020 a 31/01/2033	380				2.657	
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 31/01/2033	605				3.565	
Enerpeixe	Controle Comum	12/05/2017 a 01/11/2036	47				320	
Lajeado	Controle Comum	01/01/2021 a 31/01/2033	64				436	
Investco	Controle Comum	12/05/2017 a 31/01/2033					6	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	15				133	
São Manoel	Controle Comum	12/05/2017 a 30/04/2049	101				686	
Porto do Pecém	Controle Comum	12/05/2017 a 31/01/2033	50				443	
CEJA	Controle Comum	12/05/2017 a 01/12/2044	31				210	
			1.293	**-**	**-**	**-**	**8.456**	**-**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)								
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2017 a 31/12/2026			13	5	(184)	(60)
EDP São Paulo	Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2026			10	28	(18)	(28)
Opções de ações outorgadas da Companhia (Nota 10.2.1)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	18/06/2020 a 30/06/2026			32	17	(75)	6
Reembolso Despesas								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/06/2017 a indeterminado				24		(24)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	23/08/2017 a indeterminado						75
Compartilhamento de *BackOffice* (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2023			147	71	(1.035)	(858)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022			136	30	(2.157)	(1.393)
Contrato de prestação de serviços (d)**								
EDP Trading	Controle Comum	22/10/2020 a 21/10/2023					(206)	
EDP Goiás	Controle comum(*)	01/06/2022 a 23/01/2025		347			(347)	
			-	**347**	**338**	**175**	**(4.022)**	**(2.282)**
			1.293	**347**	**338**	**175**	**4.434**	**(2.282)**

(*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(**)Foi aprovado pela ANEEL o Despacho nº 3.588/2022 a celebração da troca da prestadora de serviço do contrato de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante sete dias por semana.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, onde as mesmas foram excluídas do compartilhamento. O contrato têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela companhia e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I(*) e Horizon Transmissão MA II(*) em dezembro de 2021, desde janeiro de 2022 estão excluídas tais empresas do compartilhamento, cujo critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. A ANEEL aprovou, em 22 de outubro de 2020, por meio do Despacho nº 3.036, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão SP-MG e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 23 de janeiro de 2025.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à Controladora.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à Controladora.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária 2022	Diretoria Estatutária 2021
Remuneração (a)	674	1.241
Benefícios de curto prazo (b)	31	65
Benefícios - Previdência Privada		33
Total	**705**	**1.339**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora

De junho de 2018 a 2021 a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o terceiro, quarto, quinto e sexto planos de remuneração baseado em ações, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2022 da mesma o montante de R$75 (R$6 em 2021) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM n°122/22 e n°128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/24/EDPSPMG1568397924032023.pdf

Hash:167943168263ad0ae24f7d413caf151affa452cf9f

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Faturamento de RAP (Nota 7)	Margem na construção (Nota 19)	Outros (Notas 11.1 e 19)	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	2.274.812	74.694	274.058	(173.648)	33.758	123.616	2.607.290
Total Não circulante	**2.274.812**	**74.694**	**274.058**	**(173.648)**	**33.758**	**123.616**	**2.607.290**

11.1 Outros

Do montante de R$123,616, R$112,562 refere-se a RAP homologada por meio da REH nº 3.067. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. O montante são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23, o efeito inflacionário de 11,73% (Nota 5.3).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2022	Circulante 31/12/2021	Não circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		20	6		
Estoques		324	44		
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR		1.382			
Despesas pagas antecipadamente		216	331	6	109
Total		**1.942**	**381**	**6**	**109**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		56	85	111	16
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			338	175
Arrendamentos e aluguéis		159	62	710	401
Encargos setoriais		727		277	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.1	686	1.333		
Parcela de ajuste	12.2	3.015		5.696	
Outros		10			
Total		**4.653**	**1.480**	**7.132**	**592**

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.2 Parcela de ajuste

O saldo total de R$8.711 no Circulante e Não circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023 , a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 5.3).

13 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R$1.993 (R$7.106 em 31 de dezembro de 2021) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia. A redução no saldo do exercício é decorrente do avanço da obra, que foi concluída em 2022.

14 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$134.394 da seguinte forma: (i) R$25.790 como dividendos; (ii) R$9.186 como JSCP, sendo R$7.808 líquido de imposto de renda; e (iii) R$99.418 como reserva de dividendos a deliberar . Os dividendos e JSCP foram pagos ao acionista integralmente em dezembro de 2022.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2022, no montante de R$19.801, sendo R$16.831 líquido de imposto de renda. O pagamento do JSCP será realizado após deliberação da Administração. Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2021	Dividendos Complementares	JSCP	Pagamentos	31/12/2022
EDP - Energias do Brasil	33.598	20.198	16.831	(33.598)	37.029
Total dividendos passivo	**33.598**	**20.198**	**16.831**	**(33.598)**	**37.029**

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022 Encargos Circulante	31/12/2022 Principal Circulante	31/12/2022 Principal Não circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Encargos Circulante	31/12/2021 Principal Circulante	31/12/2021 Principal Não circulante	31/12/2021 Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574	107.074	7.030	923.117	1.037.221
(-) Custos de emissão		(56.278)		(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal			(4.247)	(37.138)	(41.385)		(4.381)	(41.395)	(45.776)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	11.088	525.000		536.088	5.785		525.000	530.785
(-) Custos de emissão		(1.266)		(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal			(558)		(558)			(1.166)	(1.166)
Total											**37.107**	**581.036**	**988.576**	**1.606.719**	**112.859**	**2.649**	**1.405.556**	**1.521.064**

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$1.648.662 em 31 de dezembro de 2022 (R$1.568.006 em 31 de dezembro de 2021).

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante								
Principal	7.030	(8.252)			527.707		59.356	585.841
Juros	112.859	(87.454)	117.006	(105.304)				37.107
Custo de transação	(4.381)				(5.423)	4.999		(4.805)
	115.508	**(95.706)**	**117.006**	**(105.304)**	**522.284**	**4.999**	**59.356**	**618.143**
Não circulante								
Principal	1.448.117			105.304	(527.707)			1.025.714
Custo de transação	(42.561)				5.423			(37.138)
	1.405.556	**-**	**-**	**105.304**	**(522.284)**	**-**	**-**	**988.576**

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2023	618.143
	618.143
Não circulante	
2024	39.381
2025	42.776
2026	44.134
2027	46.623
2028	48.886
2029 até 2039	766.776
	988.576
Total	**1.606.719**

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e

(ii) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

• Específicas para a 2ª emissão:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;

(ii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 75.000; e

(iii) Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 75.000.

• Específicas para a 3ª emissão:

(i) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.

(ii) Protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Garantidora, em valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente e desde que em outras moedas, não contestado de boa-fé pela Emissora, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Garantidora forem intimadas de tal protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível; e

(iii) Inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de sentença judicial, transitada em julgado e/ou decisão arbitral final não sujeita a recurso contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e que seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão arbitral.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2022 Encargos Não circulante	31/12/2022 Principal Não circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Encargos Circulante	31/12/2021 Principal Circulante	31/12/2021 Total
Moeda nacional													
EDP - Energias do Brasil	200.000	22/11/2018	200.000	22/11/2018 a 21/11/2022	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			-	16.584	200.022	216.606
EDP - Energias do Brasil	150.000	04/11/2022	150.000	04/11/2022 a 21/11/2026	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal no final e juros semestrais	5.563	150.000	155.563			-
Total								**5.563**	**150.000**	**155.563**	**16.584**	**200.022**	**216.606**

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.

Não há garantias para os empréstimos mencionados acima.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	200.022		(200.022)		-
Juros	16.584		(40.000)	23.416	-
	216.606	**-**	**(240.022)**	**23.416**	**-**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	-	150.000			150.000
Juros	-			5.563	5.563
	-	**150.000**	**-**	**5.563**	**155.563**

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Nacional
Não circulante	
2026	155.563
Total	**155.563**

17 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Provisões Passivo Circulante 31/12/2022	Provisões Passivo Circulante 31/12/2021	Provisões Passivo Não circulante 31/12/2022	Provisões Passivo Não circulante 31/12/2021	Depósitos vinculados Ativo Não circulante 31/12/2022	Depósitos vinculados Ativo Não circulante 31/12/2021
Provisões cíveis	17.1			47.084	41.543	32.763	34.163
Licenças ambientais	17.2	16.161	15.518	49	46		
Total		**16.161**	**15.518**	**47.133**	**41.589**	**32.763**	**34.163**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Ativo Depósito judicial 31/12/2022	Ativo Depósito judicial 31/12/2021
Cíveis	17.1.1.1	41.534	345	(2.615)	(259)	8.070	47.075	28.394	33.483
Outros		9					9		
Total Não circulante		**41.543**	**345**	**(2.615)**	**(259)**	**8.070**	**47.084**	**28.394**	**33.483**

17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	Ativo Depósito judicial 31/12/2022	Ativo Depósito judicial 31/12/2021
Cíveis	117	96	74	69
Fiscais	171	154		
Total	**288**	**250**	**74**	**69**

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R$4.295 (R$611 em 31 de dezembro de 2021).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	15.518	(981)	942	682	16.161
Não circulante	46		3		49
Total	**15.564**	**(981)**	**945**	**682**	**16.210**

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$33.001 (R$33.001 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/22	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		148.115	134.394
		148.115	**134.394**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	14	19.801	9.186
Dividendos complementares	14	20.198	25.790
Reserva de lucros		108.116	
Reserva de Dividendos a Deliberar			99.418
		148.115	**134.394**

18.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	18.2	6.600	6.600
Retenção de lucros	18.3.1	359.718	155.317
Lucro do exercício a deliberar	18.3.2		96.285
		366.318	**258.202**

18.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

18.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 7,88% (7,88% em 31 de dezembro de 2021) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2021).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,73% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/24/EDPSPMG1568397924032023.pdf

Hash:167943168263ad0ae24f7d413caf151affa452cf9f

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	11	119.506	473.190
Remuneração dos Ativos da concessão	11	274.058	211.780
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		50.544	
Parcela Variável - IPCA	11	112.562	
Outras receitas operacionais			75
Receita operacional bruta		**556.670**	**685.045**
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
ICMS			(9)
PIS/COFINS diferidos		(52.329)	(63.367)
		(52.329)	**(63.376)**
Encargos do consumidor			
P&D		(2.015)	
Outros encargos		(561)	
		(2.576)	**-**
Receita		**501.765**	**621.669**

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2022	2021
Terrenos		1.256	(1.088)
Edificações, obras civis e benfeitorias		58.156	203.089
Máquinas e equipamentos		8.217	28.441
Móveis e utensílios		210	136
Gastos ambientais		386	(5.998)
Juros capitalizados			167.859
Outros		6.469	17.883
	11	**74.694**	**410.322**

20.2 Custo da operação

	Nota	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	1.288
Material		172
Serviços de terceiros	21.2	3.233
Amortização		42
Arrendamentos e aluguéis		310
Outras		139
Total		**5.184**

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Despesas operacionais					
		2022			2021		
	Nota	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	3.325		3.325	3.470		3.470
Material		58		58	173		173
Serviços de terceiros	21.2	1.427		1.427	1.558		1.558
Depreciação - Ativos de direito de uso		92		92	63		63
Provisões cíveis			(252)	(252)		8	8
Arrendamentos e aluguéis		74		74	106		106
Outras		202		202	139		139
Total		**5.178**	**(252)**	**4.926**	**5.509**	**8**	**5.517**

21.1 Pessoal

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	2.108	1.663
Encargos	745	590
Previdência privada - Corrente	77	121
Programa de demissão voluntária	36	
Despesas rescisórias	216	121
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	421	364
Outros benefícios - Corrente	681	423
Outros	5	14
	4.289	**3.296**
Administradores		
Honorários e encargos	190	163
Benefícios dos administradores	134	11
	324	**174**
	4.613	**3.470**

21.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	680	200
Serviços de manutenção	1.992	5
Serviços de limpeza e vigilância	25	18
Serviços de informática	85	130
Serviços de publicação e publicidade	125	221
Serviços de telecomunicações	546	
Serviços de transporte	150	47
Serviços Compartilhados	986	752
Outros	71	185
	4.660	**1.558**

22 Resultado Financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	6	15.144	10.470
Depósitos judiciais		2.622	890
Juros e multa sobre tributos	8	631	276
Operações de *swap* e *hedge*	22.1		12.610
(-) Juros capitalizados			(22.593)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(922)	(544)
Outras receitas financeiras		155	
		17.630	**1.109**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(28.979)	(16.605)
Debêntures	15.2	(181.361)	(149.691)
Variações em moeda estrangeira	22.1		(24.155)
(-) Juros capitalizados			190.451
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	8	(1)	(1)
Provisões cíveis	17.1.1	(8.070)	(7.750)
Arrendamentos e aluguéis		(94)	(44)
Outros juros e variações monetárias		(1.243)	
Outras despesas financeiras		(571)	(84)
		(220.319)	**(7.879)**
		(202.689)	**(6.770)**

22.1 Operações de *swap e hedge* e Variações em moeda estrangeira

Os montantes nas rubricas de Operações de *swap* e *hedge* e Variações em moeda estrangeira referem-se ao financiamento junto ao Banco Scotiabank Brasil, que foi liquidado em dezembro de 2021.

23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	214.272	199.060
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(72.852)**	**(67.680)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Juros sobre o capital próprio	6.732	3.123
Outras	(37)	(109)
Despesa de IRPJ e CSLL	**(66.157)**	**(64.666)**
Alíquota efetiva	**30,88%**	**32,49%**

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	148.115	134.394
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	33.001	33.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**4,48820**	**4,07242**

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	6	Nível 2	56.637	167.296	56.637	167.296
			56.637	**167.296**	**56.637**	**167.296**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	477	1.028	477	1.028
Disponibilidade da rede elétrica	7	Nível 2	32.854		32.854	
			33.331	**1.028**	**33.331**	**1.028**
Total			**89.968**	**168.324**	**89.968**	**168.324**
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	1.993	7.106	1.993	7.106
Debêntures	15	Nível 2	1.368.250	1.369.199	1.606.719	1.521.064
Empréstimos e financiamentos	16					
Contratos de mútuo		Nível 2	155.563	216.606	155.563	216.606
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	338	175	338	175
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	896	463	869	463
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	16.062	15.683	16.210	15.564
Total			**1.543.102**	**1.609.232**	**1.781.692**	**1.760.978**

25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Arrendamentos e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas-de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance,* e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha-de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 15 e 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado a CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	56.637	7.580			64.217	1.913	3.834	(1.906)	(3.804)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**56.637**	**7.580**	**-**	**-**	**64.217**	**1.913**	**3.834**	**(1.906)**	**(3.804)**
Debêntures	CDI	(536.088)	(62.946)			(599.034)	(13.200)	(26.712)	14.505	28.720
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(155.563)	(14.937)	(51.435)		(221.935)	(19.347)	(39.883)	18.202	35.303
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(691.651)**	**(77.883)**	**(51.435)**	**-**	**(820.969)**	**(32.547)**	**(66.595)**	**32.707**	**64.023**
		(635.014)	**(70.303)**	**(51.435)**	**-**	**(756.752)**	**(30.634)**	**(62.761)**	**30.801**	**60.219**
Debêntures	IPCA	(1.112.574)	(103.988)	(275.554)	(482.628)	(1.974.744)	(154.762)	(327.004)	139.217	264.599
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**(1.112.574)**	**(103.988)**	**(275.554)**	**(482.628)**	**(1.974.744)**	**(154.762)**	**(327.004)**	**139.217**	**264.599**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a. e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/03/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/24/EDPSPMG1568397924032023.pdf
Hash:167943168263ad0ae24f7d413caf151affa452cf9f

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2022						31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	1.993					1.993	7.106
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				338		338	175
Debêntures			618.143	988.576		1.606.719	1.521.064
Empréstimos e financiamentos				155.563		155.563	216.606
Arrendamentos e aluguéis	14	42	103	464	246	869	463
Licenças ambientais	1.268	12.037	2.856	49		16.210	15.564
	3.275	**12.079**	**621.102**	**1.144.990**	**246**	**1.781.692**	**1.760.978**

25.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R$344.211 (R$217.083 negativo em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intragrupo, se necessário.

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	31/12/22	31/12/2021
Classificação da instituição financeira		
AAA	48.600	136.500
AA	8.037	30.796
	56.637	**167.296**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de C*ompliance.*

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	1.762.282	1.737.670
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(57.114)	(168.324)
Dívida líquida	**1.705.168**	**1.569.346**
Total do Patrimônio Líquido	399.319	291.203
Total do capital	**2.104.487**	**1.860.549**
Índice de alavancagem financeira - %	**81,03%**	**84,35%**

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	14	33.598	(33.598)			37.029	37.029
Debêntures	15	1.521.064	(95.706)	59.356		122.005	1.606.719
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	216.606	(90.022)			28.979	155.563
Arrendamentos e aluguéis		463	(148)		94	460	869
Movimento relativo às atividades de financiamento		**1.771.731**	**(219.474)**	**59.356**	**94**	**188.473**	**1.800.180**

			Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	-				33.598	33.598
Debêntures	847.641	523.732	89.743		59.948	1.521.064
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	610.224	(421.768)	16.606	(1.261)	12.805	216.606
Arrendamentos e aluguéis	115	(120)		44	424	463
Movimento relativo às atividades de financiamento	**1.457.980**	**101.844**	**106.349**	**(1.217)**	**106.775**	**1.771.731**

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	37.029	33.598
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos ativos da concessão		190.451
Capitalização no Intangível nos Ativos da concessão relativo a contingências	(338)	1.116
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	460	424
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	345	1.377
Total	**37.496**	**226.966**

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	1				1	10
Materiais e serviços	10.563	10.932	1.394	6.848	29.737	153.879
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	181.870	159.523	118.366	266.073	725.832	805.840
	192.434	**170.455**	**119.760**	**272.921**	**755.570**	**959.729**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	1				1	10
Materiais e serviços	10.197	11.665	1.720	11.800	35.382	156.448
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	185.631	219.747	190.900	617.074	1.213.352	2.238.962
	195.829	**231.412**	**192.620**	**628.874**	**1.248.735**	**2.395.420**

27.2 Garantias

27.2.1 Seguro garantia

Não há saldo de seguro garantia em 31 de dezembro de 2022 (R$114.120 em 31 de dezembro de 2021), o seguro tinha por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/2016 - ANEEL.

Os valores em garantia referente as Debêntures (Nota 15), estão demonstrados em sua respectiva nota.

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	67.720	100.000		
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	1.457	(*)	5.640	(*)
Risco de engenharia			1.052.425	1.052.425

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$25.584;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$260.477; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.327.

29 Evento subsequente

29.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

João Manuel Brito Martins
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Júlio César de Andrade
Diretor

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
EDP Transmissão SP-MG S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão SP-MG S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração dos ativos de concessão e remuneração dos ativos da concessão (Consulte a nota explicativa 11 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, ativos da concessão enquadrados no âmbito do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira no montante total de R$2.607.290 mil, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração desses montantes. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços e insumos necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como materiais, mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo de construção do ativo de contrato, inspenção do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados a determinação da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. Ainda, realizamos inspeção documental dos gastos incorridos durante o exercício e analisamos a sua aderência ao contrato de concessão. Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para a mensuração do ativo de contrato e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas.Também realizamos o entendimento com o envolvimento dos nossos especialistas sobre a razoabilidade da margem de construção adotada pela Companhia. Avaliamos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos de ativos da concessão e da receita de remuneração dos ativos da concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 24/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/24/EDPSPMG1568397924032023.pdf
Hash:167943168263ad0ae24f7d413caf151affa452cf9f